

MEMÓRIA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL BAHIA

Local: Hotel Portobello Park, Taperapuan, Porto Seguro

Data: 21 e 22 de março de 2019

Lista de presença

| Nomes | Instituição |
|------------------------------------|--|
| 1- Márcio Braga | 1- Secretaria Executiva |
| 2- Marcia Marcial | |
| 3- Beline Passos | 2- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA |
| 4- Sueli Abad | 3- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS |
| 5- Almir Requião | 4- Manguezal Meu Quintal |
| 6- Jandaíra Caymmi | |
| 7- Célio Roberto C. Costa | 5- Associação de Moradores de Costa Dourada - AMCD |
| 8- Wesley D. Souto | |
| 9- Waldir Paixão Graciano | 6- Associação de Moradores Comunidade Oliveira Costa |
| 10- Lisângela Bonela dos Santos | |
| 11- Ricardo Montagna | 7- Associação Cultural Arte e Ecologia - ASCAE |
| 12- Isaac L. Ferreira | |
| 13- Yugo Matsuda | 8- Suzano |
| 14- Thiago Rizzo | |
| 15- Oscar Artaza | 9- Ciclos |
| 16- Paulo Dimas Menezes | 10- Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB |
| 17- Marcos Antônio Costa Lemos | 11- Grupo Ambiental Natureza Bela |
| 18- Victória Rizzo | 12- 2 Tree Consultoria/Aspex |
| 19- Alessandro Coelho Marques | 13- Econanfi |
| 20- João Carlos Pádua | |
| 21- Paulo Vila Nova | |
| 22- Patrícia A. N. Cavalcante Reis | 14- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA |
| 23- Sandra Antunes | |
| 24- Acyr Padilha | |
| 25- José Júnior | |
| 26- Paulo Roberto de O. Santos | |
| 27- Maria Cristina Vieira | 15- Veracel |
| 28- Luiz Henrique Tápia | |
| 29- Virgínia Camargos | |
| 30- Renata Lopes | 16- Programa Arboretum |
| 31- Rafael Marinho | |

| | |
|----------------------------------|---|
| 32- Cássia Saretta | 17- Inst. Chico Mendes Conservação da Biodiversidade - ICMBio |
| 33- Alfredo Santana Ferreira | 18- Aldeia Boca da Mata |
| 34- Nauan Rodrigues da Silva | 19- Assoc. Engenheiros Costa do Descobrimento - ASSOCIENGE |
| 35- Felipe G. Marques | 20- Symbiosis |
| 36- Lúcia Ângelo M. Mendes | 21- Bióloga/Consultora ambiental |
| 37- Cleivodson Lage | 22- RPPN Rios do Brasil |
| 38- Gabriela Mateus Fontes Silva | 23- SAA/UESC |

Dia 21/03

Pela manhã, foram realizadas as reuniões setoriais para discussão sobre a pauta proposta.

13:30 - Início da Plenária

O secretário executivo deu as boas-vindas aos participantes e desejou um diálogo proveitoso para todos. Em seguida, solicitou que os presentes se apresentassem, com nome e organização ou empresa que estavam representando.

- **Apresentação INEMA/SEMA - Ações e estrutura de combate a incêndios florestais do Estado da Bahia em 2019**

Dando início às atividades programadas, a representante do Inema procedeu à apresentação do Programa Bahia Sem Fogo, no qual estão centradas as atividades de combates a incêndios florestais no estado. Comentou que, nos anos de 2015 e 2016, foram efetuadas diversas ações de fiscalização por conta do relatório apresentado pela SOS Mata Atlântica, que indicava um decréscimo florestal na região, e que durante as ações de investigação se verificou que boa parte era oriunda de incêndios florestais. Citou a legislação referente ao tema, entre as quais o artigo 225 da Constituição e as diversas leis, portarias e decretos estaduais, que tipificam os crimes ambientais e, dentre eles, os incêndios florestais. Ao tempo em que considerou que a participação da coletividade é de fundamental importância na prevenção e combate aos mesmos. E que o grande desafio do órgão fiscalizador é fazer a interlocução de conservação do meio ambiente com a sustentabilidade regional. Detalhou, em seguida, a Portaria 8578, que trata da Declaração de Queima Controlada, que ainda é pouco utilizada, e as atribuições do Inema (licenciamento, fiscalização e monitoramento de atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras e na conservação/preservação do meio ambiente e recursos hídricos), além de esmiuçar as atividades da Unidade Regional do Extremo Sul, sediada em Eunápolis. Apresentou o Programa Bahia Sem Fogo, instituído pelo Decreto Estadual de nº 11.559/2009, cujo objetivo geral é apoiar as atividades voltadas a fiscalização e monitoramento dos incêndios florestais, associados ao Planejamento do Comitê Estadual de Combate e Prevenção aos Incêndios Florestais. Com a realização dos seguintes programas: Chapada Sem Fogo (2006 a 2008), Bahia sem Fogo (2009 a 2018), Projeto Cerrado (2013 a 2017), Banco de Dados Bahia sem Fogo – Geobahia (2011 a 2015) e Implantação de Subcomitês Regionais na Chapada Diamantina (2009) e Oeste (ativo). Informou que as ações do Inema começam a partir das informações emitidas pelo Boletim de Monitoramento e das orientações recebidas do Corpo de Bombeiros. E que o combate é realizado pelo Corpo de Bombeiros com apoio dos brigadistas voluntários, bombeiros civis, PrevFogo/IBAMA e Prevfogo/ICMBIO. Citou que nesse primeiro trimestre do ano, diversas áreas do Extremo Sul estavam com focos de incêndio, entre as quais Itaporanga, Sapirara, Aldeia Velha (Arraial d’Ajuda) e o Parque Nacional de Monte Pascoa. Lembrou que por conta do relatório da SOS Mata Atlântica, publicado em 2015 e que indicava um decréscimo florestal na região, foram realizadas várias reuniões, envolvendo as prefeituras de Belmonte, Cabralia e Porto Seguro, Inema, MP, Ibama, etc, que resultaram em 45 dias de ações de fiscalização, além da constatação de que grande parte da perda florestal se deveu a incêndios florestais. E que em função disso, o Bahia Sem Fogo realizou no final de 2017 um treinamento para brigadistas voluntários com instrutores do corpo de bombeiros, mas que não

teve muita procura. Salientou a importância de os municípios fomentarem brigadas de incêndio, preferencialmente remuneradas, pois, na sua opinião, voluntariado nessa questão não funciona, principalmente por se tratar de um trabalho árduo. Informou que em caso de denúncia de incêndio deve-se ligar para o número 193. Mostrou os focos de calor na Bahia entre 1998 a 2018 e os municípios que registraram os maiores focos de calor em 2017/2018. Enfatizou em mais de uma vez a importância da coletividade na prevenção dos incêndios. Ressaltou que a ação de combate ao fogo é muito complexa, pois as vezes tem a brigada, o avião, mas não tem o carro pipa, ou não tem o trator esteira para abrir as picadas para as brigadas operarem. Falou ainda da dificuldade de autuar os responsáveis em áreas invadidas, pois o órgão só pode embargar mediante CPF ou CNPJ, citando como exemplo o ocorrido em Belmonte, em 2015/2016, onde diversos incêndios florestais ocorreram em áreas invadidas. Durante o debate, foi enfatizado por vários participantes a necessidade de se ter uma resposta mais rápida por parte dos órgãos responsáveis em casos de incêndio florestal. Assim como a necessidade da formação de mais brigadas, de mais capacitação e de EPIs para os voluntários. O representante da Suzano pontuou que é preciso ser mais estratégico e menos voluntarioso e que também é preciso conscientizar as pessoas sobre a não utilização do fogo como forma de manejo. A representante do MDPS propôs, além da formação de mais brigadas voluntárias, a implantação de novas unidades do Corpo de Bombeiros na região. Já o representante da Ciclos sugeriu a retomada do grupo interinstitucional formado em 2016 e que o mesmo defina parâmetros de atuação. Foi lembrado que os proprietários são responsáveis por suas áreas e devem fazer a parte deles no tocante a prevenção e combate aos incêndios. O representante da ASCAE abordou uma iniciativa do setor privado do distrito de Santo André (Cabrália), onde os funcionários são capacitados como brigadistas e em caso de incêndio os empresários liberam os mesmos para combater o fogo. E também pontuou que é preciso apoio aos pequenos produtores, que desconhecem os riscos da utilização do fogo e das questões legais relativas a responsabilidade do proprietário rural. O representante da UFSB sugeriu o zoneamento da APA Caraíva Trancoso, mas que essa conversa não era emergencial. Em relação às mudanças climáticas, lembrou uma advertência feita por um especialista que veio à região 8 anos atrás de que o clima que vivemos hoje passaria a ser regra e não exceção, caso não houvesse uma mitigação das mudanças climáticas. E que é preciso pensar em montar uma rede permanente de prevenção e combate, com União, Estado, municípios, empresas e sociedade civil. E questionou se não poderia ser montada um comitê de defesa da sustentabilidade, tendo como base a UFSB. O secretário executivo ressaltou que o tema foi proposto justamente para que o FF se posicionasse de que forma pode contribuir para minimizar os impactos e contribuir com a sustentabilidade do Extremo Sul da Bahia. O representante de Oliveira Costa disse que os incêndios florestais são preocupantes e trazem prejuízos para as empresas, governo e comunidades. Após esse debate, a representante do Inema finalizou com registros fotográficos e vídeos das ações de combate a incêndios realizadas na Costa do Descobrimento.

- **Apresentação Natureza Bela** – Trabalhos de revegetação no Território Indígena de Barra Velha

O representante da Natureza Bela iniciou a apresentação do Projeto Corredor Ecológico Monte Pascoal – Pau Brasil, observando que pela primeira vez um banco financia no bioma um sistema agroflorestal – SAF em terra indígena, uma experiência nova, que está sendo abraçada pela comunidade. Os objetivos gerais do projeto são: promover restauração Florestal em 210 ha em áreas públicas da União; contribuir para a formação dos corredores ecológicos de biodiversidade, com destaque ao Corredor Ecológico Pau Brasil x Monte Pascoal; promover ações de mobilização socioambiental junto aos diversos atores sociais distribuídos no território; proporcionar geração de trabalho e renda de forma sustentável e permanente, com ênfase nas comunidades indígenas e tradicionais; somar parcerias e auxiliar em iniciativas socioambientais em curso no território; promover a formação de cadeias produtivas voltadas a restauração florestal e gerar benefícios diretos a biodiversidade, ao clima e a qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Informou que dos 210 ha., são 100 ha. no Parque Nacional do Pau Brasil –

PNPB; 53 ha. no Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal – PNHMP; 57 ha. no Território Indígena Pataxó de Barra Velha, mais especificamente na aldeia de Boca da Mata; 50 ha adotando o modelo de Floresta Biodiversa de Produção, para aproveitamento econômico de produtos madeireiros e não-madeireiros e; 7 ha. de restauração em APPs (modelo convencional). Embora o projeto contemple 210 ha., a expectativa é entregar 250 ha.. Mostrou em seguida mapas das áreas que sofrerão intervenção no PNPB, onde já tem 75 ha. prontos, onde serão entregues 150 ha.. Para a formação da Floresta Biodiversa de Produção na aldeia de Boca da Mata, foi inicialmente realizado uma avaliação/análise das áreas e reuniões com a comunidade, chegando a um número que não exceda 50 famílias contempladas com uma área de 1 ha. de floresta de produção. A próxima etapa será levar a proposta até as famílias, para obter a aceitação delas do “cardápio” que querem adotar na sua área. Com relação à educação ambiental, informou que o projeto contempla o planejamento e mobilização das atividades junto às comunidades selecionadas; capacitação e implantação de “rádio-poste” nas aldeias de Boca da Mata e Meio da Mata para melhorar a comunicação para os mais diversos fins, inclusive a comunicação rápida para informes de incêndios florestais, que o projeto prevê o apoio financeiro para o combate, promovendo a compra de equipamentos à Cooplanjé. O objetivo a ser atingido com as florestas de produções junto as 50 famílias Pataxó, é proporcionar uma fonte de trabalho e renda permanente, contribuindo na segurança alimentar das comunidades e na preservação do solo, dos recursos hídricos e biodiversidade. Sendo que, a médio/longo prazo que os benefícios gerados sejam uma fonte de madeira viável e legal as famílias que atualmente fazem a extração de madeira no PNHMP para a produção de artesanato; fortalecer e ampliar cadeias de restauração florestal na região e ser modelo de projeto a ser replicado na região/Brasil. Sobre os desafios enfrentados, enumerou as parcerias assumidas, mas não viabilizadas (falta de recursos e outros); entendimento das premissas das “florestas de produção” por parte dos beneficiários, assegurando a continuidade dos benefícios socioambientais às famílias; número de famílias atingidas pelo projeto x expectativas geradas; atingir a meta de restauração dos 210 ha. nos primeiros 18 meses do projeto (novos custos não previstos ao projeto, inflação, etc); incertezas governamentais, novos Editais/apoios; demandas do território: gestão de UCs, conflitos agrários, etc.; incêndios florestais e entregar os 210 ha. contratados com florestas “viáveis e sadias” em restauração. Terminou com o convite para o dia de campo, no dia 04 de abril, no PNPB para apresentação dos resultados parciais do projeto.

- **Apresentação Programa Arboretum – Produção em florestas nativas – Hileia Baiana**

A representante do Programa Arboretum abriu sua apresentação fazendo um breve histórico do programa, implantado com recursos provenientes de TAC - firmado por meio da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas com as empresas Suzano e Fibria -, e que tem como objetivo geral a conservação, restauração e valorização da Mata Atlântica e de sua diversidade, por meio da construção e difusão do conhecimento. E que o público alvo do programa, que tem sua base em Teixeira de Freitas, são as comunidades tradicionais, tendo sempre como foco mostrar a importância de se manter a floresta em pé, compartilhando o potencial econômico e ambiental que a mesma tem e de que forma pode trazer benefícios e renda, sem precisar desmatar. A estratégia envolve sementes, mudas e plantios. A rede de sementes possui 6 núcleos de coleta, sendo 4 deles produtores de sementes que são vendidas para o programa para serem comercializadas ou para produção de conhecimento. Informou que o programa oferece apoio técnico e científico para as comunidades na coleta, qualidade de beneficiamento e identificação das espécies. Citou que as matrizes são georeferenciadas e que a precificação obedece a fatores de valorização, como por exemplo se a semente é rara, se tem dificuldade de beneficiamento, alta demanda e baixa oferta. E que hoje o programa trabalha com 62 coletores capacitados (37 são regulares); com 7 comunidades envolvidas, tendo sido coletadas 5.030 quilos de sementes (2014 a 2018), com mais de 500 diferentes espécies e 1.000 matrizes permanentes. Durante esse período foram gerados cerca de R\$ 150 mil para as comunidades envolvidas no programa. Em 2018 foi contratado um profissional para fazer a

classificação das sementes com relação ao potencial de armazenamento. Com relação a produção de mudas florestais, destacou que é um trabalhado em rede adotando um modelo comercial-conservacionista, sendo comercializadas nos núcleos de produção – localizados em Caravelas, Itamaraju, Porto Seguro e Conceição da Barra/ES e no viveiro da base são produzidas as espécies endêmicas ou ameaçadas, com produção de 150 mil mudas/ano. O programa atualmente conta com 33 viveiristas, 5 viveiros com Renasem, mais de 190 mil mudas comercializadas em 2018 (base e núcleos), mais de 79 mil mudas doadas e geração de renda de cerca de R\$ 740 mil para as comunidades participantes. Sobre os plantios para recomposição florestal, ressaltou que foram realizados 2 plantios com a técnica da bioexpansão. Foram apresentadas fotos do antes e do depois de uma das áreas, localizada numa comunidade quilombola, porém, apesar da revegetação ter ocorrido com sucesso, não foi realizado um estudo comparativo. Finalizou com a o sistema econômico florestal, que visa o desenvolvimento tecnológico e diversificação na produção de uma classe de recursos florestais que associa o investimento em áreas de conservação, restauração e produção florestal, tendo como finalidade pesquisar todas as potencialidades das florestas.

Antes de abrir o debate, o secretário executivo afirmou que a apresentação trouxe informações para enriquecer discussões mais à frente, tendo como pano de fundo a integração homem e floresta, paisagens e sustentabilidade. Sobre doação de mudas, a representante do Arboretum informou que cerca de 30% da produção de mudas do viveiro da base de Teixeira de Freitas é destinada a projetos de revegetação, preferencialmente para associações comunitárias. Por sua vez, a representante da Veracel ressaltou que é preciso começar a discutir um tema complicado que é a caça, pois é importante a restauração, mas também é primordial a manutenção das florestas com os animais. O representante do IAPA denunciou a construção de uma ciclovia de 250 m numa área onde existe uma criação de guaiamum, sendo que 50 m vão passar dentro do bosque modelo que está sendo plantado voluntariamente pela comunidade local e fez convite para que representantes do Arboretum conheçam e ajudem a manter essa iniciativa. A representante do Inema fez referência aos incêndios que acontecem por conta de acampamentos de caça e que é de fundamental importância o trabalho de educação ambiental junto as comunidades rurais.

A representante do ICMBio ressaltou que os 2 projetos apresentados são muito importantes para o PNHMP, pois dão alternativa de renda para as famílias que estão vivendo do artesanato, além do componente ambiental. O representante de Oliveira Costa lembrou do projeto Formas da Natureza que capacitou pessoas para trabalhar com madeira de eucalipto, sendo que, hoje os artesãos treinados não tem mais madeira legal de eucalipto para trabalhar.

O representante da UFSB mostrou no mapa uma área de 170 ha que já foi restaurada no projeto BNDES 1 e que a ideia é fazer um escudo dessa área, com famílias cuidando da floresta de produção e sendo capacitadas para combater incêndios. Além disso, lembrou ainda de 2 áreas que são de posse da Veracel e que estão dentro da área proposta de expansão do TI de Barra Velha (que já está homologada, porém, não declarada). Com isso, ressaltou o fato de que com essa área (em torno de 600 ha.) poderia ser realizado um fomento florestal socioambiental e acabar com a extração ilegal de madeira dentro do PNHMP.

Dia 22/03

- **Apresentação ECONAMFI** - Análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES)

O representante da Econamfi informou que a empresa atua há 15 anos, trabalhando questões socioambientais do território. E que iria apresentar os resultados do estudo encomendado pelo Funbio - na verdade, uma demanda do Ministério do Meio Ambiente, dentro do projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, que também financiou os PMMAs - da análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES). Qual a perspectiva econômica

da floresta, pois o objetivo é aumentar a cobertura florestal, principalmente de mata atlântica, incentivando que os produtores a reverterem as áreas degradadas em suas propriedades, transformando-as em florestas produtivas, que além da madeira, geram sementes, óleos, resinas, que podem trazer retorno econômico. Citou estudo feito no ES de manejo do fruto da palmeira juçara, com vistas a reverter ou minimizar o quadro de extinção da palmeira. Fez menção à apresentação do Arboretum que mostrou diferentes arranjos e tecnologias para gerar renda para os produtores e que existem formas fáceis de fazer processo de recuperação. Apesar da preocupação em fazer a recuperação e aumentar a cobertura florestal, não se sabe qual é o impacto dessa cadeia produtiva no Extremo Sul, sendo necessário ter noção do potencial dessa cadeia econômica, até para desenvolver políticas públicas que podem favorecer seus atores. A expectativa ao final do trabalho é de entender quais são os produtos madeireiros, não-madeireiros e os serviços ambientais dessa cadeia. Com isso saber quais são os produtos ofertados, quais são os demandados, quais são os insumos, quais são os fornecedores e a estrutura de governança, entre outras questões a serem levantadas. Relatou também que o mesmo trabalho, com a mesma tecnologia, está sendo desenvolvido no norte fluminense e no mosaico do Paraná e que após a entrega dos 3 produtos uma 4ª empresa vai consolidar as informações, com o objetivo de estabelecer, num horizonte mais amplo, que tipo de políticas podem ser geradas, que tipo de oportunidades existem para dinamizar e fortalecer essa cadeia produtiva. Observou que por conta do CEFIR vários produtores terão que fazer PRA para recompor APP e RL e que uma parte não entende recuperação vegetal como negócio e sim como custo. A representante da 2 Tree Consultoria fez um aparte para frisar que existem vários produtores com consciência de que é necessário preservar as áreas com vegetação nativa, de preservar as nascentes, pois assim, terão o bem mais precioso para eles que é a água.

Continuando o representante da Econamfi ressaltou que serão entregues 4 produtos: 1 – Caracterização da cadeia da recuperação da vegetação nativa na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES), identificando os custos e receitas dos atores envolvidos; 2 – Análise da viabilidade econômica de modelos de recuperação como alternativa de renda para produtores rurais; 3 – Análise econômica da cadeia produtiva da restauração na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES) e 4 – Relatório Final. Discorreu que para entender a cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa no Extremo Sul da BA é preciso enxergar a floresta como fonte produtiva e quais são esses produtos, dos madeireiros aos não-madeireiros, quem compra e quem oferece serviços ambientais. A partir da definição dos produtos gerados pelas florestas, começa-se a desenhar a proposta de uma cadeia produtiva, tendo como grande desafio a identificação de todos os atores. Outro desafio é analisar a viabilidade econômica de modelos de recuperação como alternativa de renda para produtores rurais, observando as diferenças de modelo e os custos de cada um. Afirmou que ao final do trabalho será apresentada de uma forma didática como a cadeia funciona. Informou que também está em vista uma publicação, provavelmente uma revista, que detalhará os diversos potenciais da floresta e os custos. Com relação as expectativas sobre essa apresentação no Fórum Florestal, salientou ser democratizar a informação e estabelecer uma janela de comunicação, por ser um dos poucos espaços de discussão que restam no território. Além da indicação, por parte dos membros, de projetos de restauração e de atores envolvidos na cadeia produtiva. Finalizando, falou sobre a importância de se reconhecer a importância do MAPES para o território. Sobre o prazo de entrega dos produtos, informou que o primeiro produto será entregue em setembro do presente ano. O segundo produto após 3 meses da primeira entrega, sendo que, em novembro será realizada uma oficina devolutiva, trazendo todos os resultados do trabalho. O representante da Ciclos mencionou que está na expectativa de conhecer os resultados, pois a muito tempo vem estimulando as pessoas a preservar e entenderem que a restauração é um bom negócio. O representante da ASSOCIENGE questionou sobre a utilização dos créditos de carbono. E a representante do MDPS referiu-se a um estudo preocupante que enumerou cerca de 85 mil pessoas entrarão em conflito por conta de água, em 2018, e a Bahia está no segundo lugar no ranking. A representante da 2 Tree frisou que o órgão ambiental estadual sabe quem consome água na Bahia, além disso, citou uma produtora rural da região, que através de uma iniciativa

da Natura e de uma cooperativa, fez recuperação de APP na fazenda dela usando créditos de carbono.

- **Apresentação da Secretaria Executiva – Status atual dos trabalhos de Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal**

Foi apresentado um cronograma das atividades desenvolvidas e a serem realizadas pela Geopixel. Também foi relatado a existência de uma grande expectativa regional com relação ao trabalho (MP, SEMA/INEMA, SMMAs). O Secretário acredita que devido ao resultado dos estudos serem disponibilizados em uma base de fácil acesso a utilização dos dados terá um aumento significativo. Citou que haverá treinamento para uso da ferramenta, para iniciantes e para pessoas com conhecimento de geoprocessamento. De acordo com o repassado pela Geopixel, houve uma compilação das imagens e uma posterior ida a campo, para conferir se a interpretação realizada no escritório está de acordo com a realidade do campo. Até a próxima reunião, serão finalizados os relatórios e os mapas em “pdf” solicitados, para uma apresentação em plenária dos resultados.

- **Apresentação do GT - Plano de ação 2018-2023 e demais assuntos tratados**

O secretário executivo observou que o objetivo e a atividade 1.1 do plano de ação, que dizem respeito à paisagem, já foi concluída. E solicitou da plenária a validação de algumas alterações no Objetivo 1.2 (Identificar áreas prioritárias para formação de corredores no território, visando ao aumento da conectividade estrutural), com a realização de uma oficina na próxima reunião para trabalhar em cima dos dados do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal, fazendo o cruzamento com os dados sociais (mapeamento das comunidades) para refinamento dos resultados e priorização das ações regionais. Foi sugerido também que a atividade “Realização de parcerias para desenvolver a análise da paisagem” fosse transferida para junho, após a oficina e após a entrega final dos dados do Monitoramento. No item: “Elaborar apresentação em vídeo, mostrando o trabalho do FF”, decidiu-se a contratação de uma empresa para realizar o material, que será divulgado nas reuniões e eventos que os membros do FF participarem.

Sobre a realização do curso de capacitação das ONGs para elaboração de projetos, pela Natureza Bela, adiantou que houve interesse das organizações IAPA, Costa Dourada, Oliveira Costa e Manguezal Meu Quintal e que o mesmo deve acontecer em julho. E que deverão ser alinhados os custos e a logística para participação das 4 organizações interessadas. Foi apresentada uma proposta pelo representante da Suzano que organizações membros do FF fizessem uma apresentação das atividades desenvolvidas durante o ano, a ser realizada na última reunião do ano. As alterações sugeridas no Plano de Ação e proposta realizadas pelo GT foram acatadas pela plenária.

Antes de prosseguir com os temas da pauta, o secretário executivo passou a palavra ao representante da Veracel para se pronunciar sobre a questão da TI de Barra Velha levantada pelo representante da UFSB no dia anterior. Segundo o representante, caso seja acatada a ampliação da TI de Barra Velha, a Veracel não irá recorrer da decisão. E sobre a proposta de utilização das áreas, hoje de posse da empresa, como projeto de fomento social é necessário que haja a entrega de um projeto para ser apreciado pela direção. A representante da Veracel recordou, mais uma vez, que as demandas para a empresa devem ser feitas através de solicitação formal.

Em seguida, o secretário executivo colocou para apreciação da plenária o convite para a organização Ciclos, que não possui atuação direta na região, ser membro do FF, tendo como representante o ex-secretário Oscar Artaza. O representante da Ciclos argumentou que a organização dá enorme valor ao território, tendo como uma das áreas de atuação a mata atlântica, além da maioria dos membros conhecer e já ter trabalhado na região. E que como a

organização não tem atuação nem projetos no território necessita de um convite formal para ter direito a voz, voto e contribuir de forma efetiva. O convite foi aceito pela plenária. O representante do IAPA pediu desculpas às instituições Jupará e Manguezal Meu Quintal por ter tomado a iniciativa de se fazer cumprir o RI. E solicitou que constasse em ata o pedido de desculpas à Fundação Jupará e a Rosa Penzza, que era a representante da organização à época. O representante da Ciclos esclareceu que, por conta do RI, ninguém é excluído do FF. E que em casos em que o representante não esteja em acordo com o código de ética, que a organização faça a substituição. E que no caso em questão a representante da Fundação Jupará por ter sentido pressionada solicitou a exclusão da Fundação Jupará e a devolução de toda a documentação da organização.

Dando prosseguimento, o secretário executivo falou sobre a revisão da formatação do GT devido à fusão das 2 empresas, da saída da CI da região e da dificuldade da ASCAE em se fazer presente. E que agora com 2 empresas era necessário rever a formação do GT. E que a proposta é que o mesmo seja constituído pelas empresas Veracel e Suzano, 2 organizações titulares e 2 organizações suplentes. Após um breve debate, foi sugerido que a instituição sede tenha assento permanente no GT, até pelo fato de poder opinar, em relação à disponibilidade financeira, sobre propostas e projetos que precisam de recursos para serem implantados. E que a instituição sede ficaria como membro cativo e os demais membros teriam rotatividade. As propostas foram aprovadas.

Prosseguindo, o secretário indagou qual o procedimento em relação a elaboração do posicionamento do FF em relação aos incêndios florestais. Foi deliberado que o secretário executivo dê o pontapé, redigindo o texto inicial e depois coloque o texto no grupo de mensagens da plenária para que as pessoas opinem e deem sugestões. E que se estabeleça prazo para manifestações.

Em relação à realização da reunião plenária em um dia ao invés de 2 (uma tarde e uma manhã), foi decidido pensar com mais calma na mudança no assunto. Por sua vez, a representante da Veracel sugeriu que as apresentações no FF não ultrapassem 40 minutos, pois depois desse tempo há uma dispersão da atenção. E que o secretário executivo deve ser rígido quando a isso, combinando esse tempo com os palestrantes e sinalizando quando a apresentação chegar a 35 minutos, indicando o final.

Finalizando, o secretário executivo agradeceu a todos pela presença, convidando para a próxima reunião plenária, em maio.